

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

SICREDI SALVADOR - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SALVADOR
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	25.021	23.476	CIRCULANTE	12.149	9.205
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	127	53	DEPÓSITOS (NOTA 09)	3.355	1.862
Disponibilidades	127	53	Depósitos à Vista	2.832	1.862
			Depósitos a Prazo/Sob Aviso	523	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.267	10.837	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4	1
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	16.267	10.837	Recursos em Trânsito de Terceiros	4	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	7.626	11.381	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.790	7.342
Operações de Crédito	9.335	13.886	Cobrança e Arrecadação de Tributos	4	3
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.709)	(2.505)	Sociais e Estatutárias	7.111	6.092
OUTROS CRÉDITOS	1.001	1.205	Fiscais e Previdenciárias	1.340	929
Rendas a Receber	815	1.051	Diversas (NOTA 10)	335	318
Diversos (NOTA 06)	215	194			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(29)	(40)			
NÃO CIRCULANTE	13.033	11.098	NÃO CIRCULANTE	2.583	2.632
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.033	11.098	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.583	2.632
			DEPÓSITOS (NOTA 09)	2.008	1.835
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	7.053	6.394	Depósitos a Prazo	2.008	1.835
Operações de Crédito	8.635	7.801			
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.582)	(1.407)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	575	797
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	1.153	667	Diversas (NOTA 11)	575	797
Diversos	1.153	667			
INVESTIMENTOS (NOTA 07)	4.669	3.791	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.322	22.737
Outros Investimentos	4.669	3.791	CAPITAL SOCIAL (NOTA 12)	21.132	21.206
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08)	157	199	De Domiciliados no País	27.794	26.891
Outras Imobilizações de Uso	1.136	1.136	(Capital a Realizar)	(6.662)	(5.685)
(Depreciação acumulada)	(979)	(937)	RESERVAS DE SOBRAS	1.106	1.024
INTANGÍVEL (NOTA 08)	1	47	Reserva de Lucros	1.106	1.024
Outros Ativos Intangíveis	298	302	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (NOTA 12)	1.084	507
(Amortização acumulada)	(297)	(255)	Sobras/Perdas acumuladas	1.084	507
TOTAL DO ATIVO	38.054	34.574	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.054	34.574

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

SICREDI SALVADOR - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SALVADOR
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.516	-	2.516	11.097	-	11.097	12.199	-	12.199
Operações de Crédito	2.516	-	2.516	11.097	-	11.097	12.199	-	12.199
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	117	-	117	(6.925)	-	(6.925)	(7.294)	-	(7.294)
Operações de Captação no Mercado	(160)	-	(160)	(293)	-	(293)	(197)	-	(197)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	277	-	277	(6.632)	-	(6.632)	(7.097)	-	(7.097)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.633	-	2.633	4.172	-	4.172	4.905	-	4.905
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(252)	3	(249)	(703)	1	(702)	(1.669)	(4)	(1.673)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	26	26	-	48	48	-	55	55
Rendas de Tarifas Bancárias	63	-	63	106	-	106	130	-	130
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(841)	(9)	(850)	(1.591)	(17)	(1.608)	(1.399)	(21)	(1.420)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(763)	(2)	(765)	(1.521)	(6)	(1.527)	(1.431)	(9)	(1.440)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(8)	-	(8)	(28)	-	(28)	(32)	-	(32)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	1.570	-	1.570	2.945	-	2.945	2.118	-	2.118
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(273)	(12)	(285)	(614)	(24)	(638)	(1.055)	(29)	(1.084)
RESULTADO OPERACIONAL	2.381	3	2.384	3.469	1	3.470	3.236	(4)	3.232
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	8	-	8	15	-	15	26	-	26
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.389	3	2.392	3.484	1	3.485	3.262	(4)	3.258
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.389	3	2.392	3.484	1	3.485	3.262	(4)	3.258
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.389	3	2.392	3.484	1	3.485	3.262	(4)	3.258
DESTINAÇÕES	(2.662)	-	(2.662)	(2.785)	(1)	(2.786)	(2.540)	-	(2.540)
Juros sobre o Capital Próprio	(2.662)	-	(2.662)	(2.662)	-	(2.662)	(2.413)	-	(2.413)
Fates - Estatutário	-	-	-	(41)	-	(41)	(42)	-	(42)
Fates - Com Atos Não Cooperados	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(82)	-	(82)	(85)	-	(85)
SOBRAS/PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	(273)	3	(270)	699	-	699	722	(4)	718

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

SICREDI SALVADOR - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SALVADOR
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.392	3.485	3.258
Resultado do exercício	2.392	3.485	3.258
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(324)	(809)	1.196
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(92)	(632)	609
Depreciação do imobilizado de uso	405	41	45
Amortização do intangível	(389)	42	108
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(210)	(222)	476
Destinações ao FATES	(42)	(42)	(42)
Dividendos SicrediPar	4	4	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	2.887	6.558	2.659
(Aumento) Redução em Serviços de Compensação de Cheques	5	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	432	3.717	2.093
(Aumento) Redução em outros créditos	(307)	(274)	(320)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	30	-	1
Aumento (Redução) em depósitos	1.237	1.666	1.031
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(62)	-	-
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	2	3	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	19	(3)	(220)
(Redução) Aumento em outras obrigações	1.531	1.449	74
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	4.955	9.235	7.113
Aquisição de Investimentos	(97)	(878)	2.759
Aquisição de Imobilizado de Uso	(397)	1	(24)
Aquisição de Intangível	401	4	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(93)	(873)	2.736
Aumento de capital	1.615	2.124	1.225
Redução de capital	(1.767)	(2.198)	(50)
Juros ao capital próprio	(2.662)	(2.662)	(2.413)
Distribuição de Sobras	-	(150)	-
Distribuição de Perdas	(22)	-	-
Compensação de Perdas por Associado	-	28	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.836)	(2.860)	(1.238)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.023	5.504	8.611
Caixa e equivalente de caixa no início do período	14.371	10.890	2.281
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	16.394	16.394	10.890

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO
(Em milhares de Reais)

SICREDI SALVADOR - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE SALVADOR
CNPJ/MF nº 02.245.493/0001-55

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas para Contingência	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	20.031	554	-	174	20.759
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados				(174)	(174)
Capital de associados					-
Aumento de capital	1.225	-	-	-	1.225
Baixas de capital	(50)	-	-	-	(50)
Resultado do período (Reapresentado)	-	-	-	3.258	3.258
Destinações					-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(42)	(42)
Reserva Legal - Estatutária	-	85	-	(85)	-
Juros ao Capital Próprio (Reapresentado)	-	-	-	(2.413)	(2.413)
Outros eventos	-	-	385	(211)	174
Saldos no fim do período em 31/12/2015	21.206	639	385	507	22.737
Mutações do Período	1.175	85	385	333	1.978
Saldos no início do período em 01/01/2016	21.206	639	385	507	22.737
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(150)	(150)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.124	-	-	-	2.124
Baixas de capital	(2.198)	-	-	-	(2.198)
Resultado do período	-	-	-	3.485	3.485
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(41)	(41)
Reserva Legal - Estatutária	-	82	-	(82)	-
Destinação FATES com Atos Não Cooperados	-	-	-	(1)	(1)
Juros ao Capital Próprio	-	-	-	(2.662)	(2.662)
Compensação de Perdas por Associado	-	-	-	28	28
Saldos no fim do período em 31/12/2016	21.132	721	385	1.084	23.323
Mutações do Período	(74)	82	-	577	586
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditad	21.284	640	385	1.500	23.809
Capital de associados					
Aumento de capital	1.615	-	-	-	1.615
Baixas de capital	(1.767)	-	-	-	(1.767)
Resultado do período	-	-	-	2.392	2.392
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(41)	(41)
Reserva Legal - Estatutária	-	82	-	(82)	-
Destinação FATES com Atos Não Cooperados	-	-	-	(1)	(1)
Juros ao Capital Próprio	-	-	-	(2.662)	(2.662)
Perdas de exercícios anteriores	-	-	-	(22)	(22)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	21.132	722	385	1.084	23.323
Mutações do Período	(152)	82	-	(416)	(486)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador, anteriormente denominada Unicred Salvador - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Área de Saúde, dos Servidores Públicos Federais e Estaduais de Salvador e Região Metropolitana Ltda, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito Norte Nordeste - Central Sicredi NNE ("Central Sicredi N/NE") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 06/10/1997 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

Conforme Ata da Assembleia Extraordinária do Conselho de Administração do dia 04 de abril de 2016, foi aprovada a proposta de Filiação ao Sistema Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, bem como o resultado de suas operações, os valores abaixo descritos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e divulgados para fins de comparação, estão sendo rerepresentados.

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL (i)			
Ativo Não circulante	11.098	-	11.098
Imobilizado de Uso	187	12	199
Intangível	2	45	47
Diferido	57	(57)	-
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (ii)			
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.048	(5.151)	12.199
Operações de Crédito	6.295	5.904	12.199
Resultado da Centralização Financeira	753	(753)	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.007)	(6.287)	(7.294)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(810)	(6.287)	(7.097)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.222)	3.549	(1.673)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	981	1.137	2.118
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(3.496)	2.412	(1.084)
DESTINAÇÕES	(127)	2.413	(2.540)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(2.413)	(2.413)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (iii)			
Resultado do período	(127)	3.385	3.258
Juros ao Capital Próprio	-	(2.413)	(2.413)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (iv)			
Resultado do exercício	845	2.413	3.258
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	722	474	1.196
Aumento / Redução em Provisões Para Outros Créditos	569	40	609

(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	476	476
Destinações ao FATES	-	(42)	(42)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	3.174	(515)	2.659
Aumento / Redução em Provisões Para Outros Créditos	40	(40)	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(220)	(220)
(Redução) Aumento em outras obrigações	(329)	(255)	74
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	4.741	2.372	7.113
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.736	-	2.736
Juros ao capital próprio	-	(2.413)	(2.413)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.132	(2.370)	(1.238)

- (i) reclassificação de saldos oriundos de benfeitorias em imóveis e outros saldos anteriormente classificados no grupo de diferido;
- (ii) alocação de receitas de recuperação de crédito em grupo de Operações de Crédito e de Receitas de Centralização Financeira em grupo de Outros Ingressos e Receitas Operacionais;
- (iii) os juros sobre o capital próprio estão sendo reapresentados de acordo com os requisitos de divulgação do COSIF, os quais determinam que tais valores sejam apresentados como destinação específica na demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (iv) as reclassificações demonstradas refletem abertura para correta apresentação no fluxo de caixa demonstrados sendo os principais: Juros sobre o Capital Próprio e Provisão para contingências. Anteriormente estes saldos estavam apresentados como parte de outros dispêndios e despesas operacionais na demonstração de sobras ou perdas.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 08 - Imobilizado de uso e intangível, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 09 - Imobilizado de uso e intangível.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades		
Caixa	119	47
Depósitos bancários	8	6
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	16.267	10.837
Total	16.394	10.890

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	8.981	8.408	17.389	20.825
Financiamentos	354	227	581	862
Carteira total	9.335	8.635	17.970	21.687

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	201	-	201	170
Total	201	-	201	170

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	12.713	13.099	64	65
Nível B	1,00	487	1.053	5	11
Nível C	3,00	899	2.323	27	70
Nível D	10,00	382	549	38	55
Nível E	30,00	619	287	186	86
Nível F	50,00	4	1.746	2	872
Nível G	70,00	230	-	161	-
Nível H	100,00	2.837	2.800	2.837	2.793
Total		18.171	21.857	3.320	3.952

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos com característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 29 (2015 - R\$ 40).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			Total da Carteira	2015
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	351	1.459	3.083	5.986	10.879	10.794
Cartão	-	161	39	-	200	170
Pessoas Jurídicas	301	2.020	2.121	2.650	7.092	10.893
Total	652	3.640	5.243	8.636	18.171	21.857

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	5.148	28%	7.799	36%
50 devedores seguintes	6.526	36%	7.792	36%
100 devedores seguintes	4.354	24%	4.461	20%
Demais	2.143	12%	1.805	8%
Total	18.171	100%	21.857	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial	3.952	3.343
Constituição de provisão	6.632	7.097
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.264)	(6.488)
Saldo final	3.320	3.952

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 452 (2015 - R\$ 384), foram registradas como "Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo".

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	-	8
Impostos e contribuições a compensar	0	0
Opções por Incentivos Fiscais	3	2
Operações com cartões (Nota 5a)	201	163
Devedores Diversos	11	21
Total Circulante	215	194
Devedores por depósitos em garantia (i)	1.153	667
Total realizável a longo prazo	1.153	667

(i) Refere-se a Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Norte Nordeste	4.571	3.790
Sicredi Participações S.A.	96	-
Outras Participações e Investimentos		
Sicredi Fundos Garantidores	1	-
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	4.669	3.791

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central Sicredi	
	2016	2016	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	228	1	4.572	3.791
Percentual de participação	0,03	0,001	3,81	3,60
Capital social	869.279	165.000	120.083	105.363
Patrimônio líquido	911.739	204.709	132.984	116.408
Lucro líquido do exercício	41.442	10.965	1.650	1.090
Valor do investimento	96	1	4.572	3.791

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização Acumulada	Líquido	(Reapresentado) Líquido
Imobilizado de Uso (i)	-	1.136	(979)	157	199
Instalações	10%	453	(440)	13	13
Móveis e equipamentos de uso	10%	227	(173)	54	72
Sistema de comunicação	10%	14	(9)	5	7
Sistema de processamento de dados	20%	364	(319)	45	58
Sistema de segurança	10%	78	(38)	40	49
Intangível		298	(297)	1	47
Investimentos Confederação					
Outros ativos intangíveis		298	(297)	1	47
Total		1.434	(1.276)	158	246

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos valores recuperáveis.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	2.832	-	-	2.832	1.862
Depósitos a prazo	523	-	2.008	2.531	1.835
Total	3.355	-	2.008	5.363	3.697

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	135	130
Credores diversos (i)	200	188
Total circulante	335	318
Provisão para passivos contingentes (ii)	575	797
Total exigível a longo prazo	575	797

(i) Refere-se a: Sobras de caixa, fornecedores, pendências a regularizar, valores a repassar cartão de crédito, valores a repassar cartão de débito, movimento c/c da compensação a ser processado em 02/01/2017 e outros credores.

(ii) Refere-se a Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 11 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	351	-	(7)	344
Tributária	446	37	(253)	230
Total	797	37	(260)	575

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	21.132	21.206
Total de associados	2.301	2.407

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.124 (2015 – R\$ 1.225), sendo R\$ 1.078 (2015 – R\$ 1.025) via integralização de juros ao capital e R\$ 1.046 (2015 – R\$ 200), via integralização de quotas-partes e baixou seu capital em R\$ 2.198 (2015 - R\$ 50)

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12,70% em Capital, no montante de R\$ 3.662, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Salvador - Sicredi Salvador, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 10% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

d) Sobras ou perdas acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro	3.485	3.258
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 42%	(1.464)	(1.368)
Exclusões / (Adições):		
Lucros e Dividendos	4	1
Receita com atos cooperativos	1.463	1.370
Efeito de alteração da alíquota da CSLL	-	18
Outros Líquidos	(3)	(21)
IRPJ e CSLL correntes	1.464	1.368
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, das quais apresentamos abaixo as principais operações realizadas com a Central e Confederação

	2016	2015
Ativo	21.727	15.636
Titulos e Valores Mobiliários (Nota 06)		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	16.267	10.837
Rendas a receber	791	1.008
Investimentos (Nota 07)	4.669	3.791
Receitas	2.517	1.642
Ingressos depósitos intercooperativos	1.912	753
Outros ingressos e receitas operacionais	605	889
Despesas	354	308
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	354	308

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	249	9%	-
Depósitos a prazo	365	15%	-
Operações de crédito	326	2%	418

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015 Reapresentado
Reversão de Provisões Operacionais	15	76
Recuperação de Despesas Administrativas	37	12
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	452	384
Receita de Ingressos Intercooperativos (i)	1.912	753
Rendas de Participações	10	-
Outras Receitas Operacionais	519	893
Total	2.945	2.118

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015 Reapresentado
Outras Despesas com Provisão	-	183
Despesas com Depreciação	41	45
Despesas com Amortização	46	108
Contribuição a Cooperativa Central	115	93
Contribuições cooperativistas / OCE	36	33
Contribuição FGV	7	11
Despesas Anuidade Cartão Crédito Bansicred	21	22
Ajuste de Exercício Anterior	0	11
Despesa com Projeto Totalcoop	170	143
Despesa com Comitê de Investimento	4	4
Despesa com Comitê de Marketing	7	7
Despesa com milhas cartão de crédito Sicredi	5	6
Despesas Anuidade Cartão de Débito Bansicredi	18	22
Direito de Uso da Marca Unicred	2	2
Despesas com Milhas Cartão de Crédito Bancoob	7	-
Apropriação Indevida	-	264
Estelionato, Roubo, Furto, Fraude e outras Atividades Ilícitas	-	1
Práticas Empregatícias	15	50
Ativos de Clientes/Cooperados	11	-
Desempenho da Atividade	1	3
Despesa com Saque Cartão	5	4
Variação Cambial Negativa	1	1
Custos de Manutenção do Sistema	50	50
Contribuição SFG	2	-
Outras despesas operacionais	64	15
Desconto Concedidos em Opr de Crédito	11	6
Total	638	1.084

NOTA 17 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Coobrigações em cessões de crédito	139	-
Total	139	-

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 18 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

De modo a atender o requerido nas Resoluções do CMN nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 3.988/11 e 4090/12, a Central Sicredi Norte/Nordeste implantou estrutura de gerenciamento de Risco compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e Central da instituição, que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, com o intuito de se realizar um efetivo gerenciamento dos riscos: Operacional, de Mercado, de Crédito, de Liquidez e de Capital.

A Central Sicredi Norte/Nordeste adota uma Política de Gestão de Riscos Corporativa, intitulada Regulamento de Gestão de Riscos da Central Sicredi Norte/Nordeste, que visa padronizar as estruturas organizacionais, as responsabilidades, os conceitos e definições, além de disciplinar a Gestão de Riscos em todos os níveis da estrutura do Central Sicredi Norte/Nordeste.

Os Sistemas, metodologias e procedimentos utilizados na mensuração dos riscos da Central Sicredi Norte/Nordeste estão descritas nos Manuais Corporativos de Riscos, onde cada tipo de risco possui seu manual específico.

As descrições da Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Central Sicredi N/NE.

Segue um breve resumo dos principais controles realizados pela Área de Riscos:

a) Risco de Mercado

Riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

- Diariamente são analisados os relatórios de Risco de Mercado contendo o cálculo do VaR (Value at Risk) dos recursos aplicados pela Central Sicredi N/NE no Mercado Financeiro, aberto por Carteira, Produto e Fator de Risco, assim como o acompanhamento do Teste de Estresse para a referida carteira.

- Além da apuração gerencial do risco de mercado é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (Pjur / Pcam / Pcom / Pacs / Rban), parcelas que compõem o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 4.192/13, assim como é realizada a elaboração mensal do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), em atendimento à Circular nº 3.429/09 do Banco Central do Brasil.

b) Risco de Crédito

Riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

- Mensalmente são avaliados os relatórios de Risco de Crédito contendo o cálculo da Perda Esperada (Exposição ao Default x Probabilidade de Default x Perda após Default) e o VaR de Crédito para os recursos aplicados pela Central Sicredi N/NE aberto por Carteira, Produto e Rating.

- Além da apuração gerencial do risco de crédito é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (Pepr), parcela que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 4.192/13.

c) Risco de Liquidez

O monitoramento do risco de liquidez tem por objetivo identificar nas Filiadas, de maneira tempestiva e prudencial, situações de risco de liquidez em não conformidade com o índice estabelecido para o Central Sicredi Norte/Nordeste, bem como situações que possam trazer consequências negativas em termos de continuidade para seus negócios. Após o estabelecimento de rotinas diárias de apuração do risco de liquidez e da divulgação de relatórios gerenciais aos

d) Risco Operacional

Riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e Centrais, ou de eventos externos.

- Mensalmente são gerados e analisados os relatórios de Risco Operacional contendo a relação analítica de todas as perdas operacionais registradas no Central, assim como as respectivas ações de mitigação dos riscos identificados.

- Além da apuração gerencial das perdas operacionais é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco operacional (Popr), uma das parcelas que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07. A metodologia utilizada para apuração da parcela Popr é o BIA (Basic Indicator Approach).

e) Risco de Capital

O gerenciamento de risco de capital na Cooperativa busca uma melhor eficiência na composição dos fatores que impactam no índice de Basileia III, que mede a sua solvência.

f) Basileia III

Mensalmente são avaliados o DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais) das Filiadas e da Central e o DRM (Demonstrativo de Risco de Mercado) da Central Sicredi NNE, onde o DLO contém informações referentes ao Patrimônio de Referência (PR), aos detalhes dos cálculos do Limite de Imobilização e do Limite de Compatibilização do PR com o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e o DRM contempla informações relativas às exposições ao risco de mercado.

A Central Sicredi N/NE conta com uma equipe de 05 colaboradores, sendo eles responsáveis pela análise e gerenciamento da área de riscos da Central e de suas Filiadas.

NOTA 19 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	23.322	22.737
Capital social	21.132	21.206
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	1.106	1.024
Lucros acumulados	1.084	507
Total do capital qualificado	23.322	22.737
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	22.303	22.319
Índice sobre o PR considerando a RBAN	104,57%	101,62%
Situação para o limite de imobilização	11.504	11.151
Índice de imobilização (limite 50%)	0,85%	1,00%

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Miguel Calmon de Siqueira Neto
Diretor Presidente
CPF: 370.776.785-04

Everton Vinicius Santos Lopes
Diretor Financeiro
CPF: 906.679.565-49

Marcelina Felix dos Santos
Contador
CRC: 8288/0-5
CPF: 043.354.464-38